

**Balanço  
Patrimonial  
2019**





ECAAD

# Sumário

**01**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 2019**

**02**

**Relatório da Administração 2019**

**03**

**Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

**04**

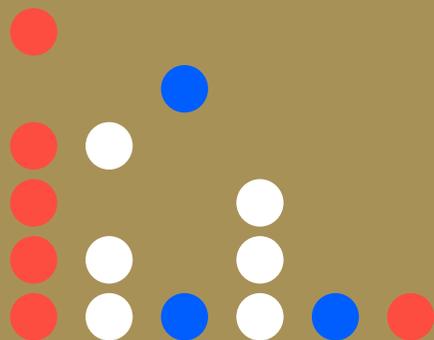
**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

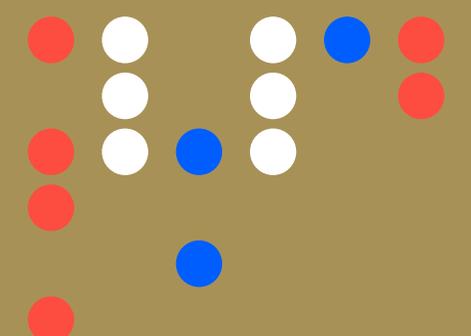
04

08

10

15





# 01



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---



## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À  
Administração e aos Conselheiros do  
**Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad**  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros.

### Base para opinião com ressalva

Conforme informado na Nota Explicativa nº 2.2, letra “i” às demonstrações contábeis, a Entidade reconhece a receita de arrecadação pelo regime de caixa, ou seja, somente quando do efetivo recebimento do recurso. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no

resultado do exercício pelo regime de competência. Não foi possível, com base em procedimentos alternativos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção dessa prática sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, letra “c”, está em trâmite processo administrativo tributário junto à Secretaria da Receita Federal com objeto de ação da perda de isenção de determinados tributos (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins e diferença do Programa de Integração Social - PIS, relativos ao ano-base de 2009, com valor atualizado da causa no montante de R\$ 13.880. Dependendo de decisão até a última esfera, poderá haver impacto em períodos posteriores a esta ação para períodos não prescritos ou fiscalizados. De acordo com os assessores jurídicos da entidade, a probabilidade de perda é possível. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatório em 01 de março de 2019 com a mesma ressalva e ênfase acima mencionadas.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

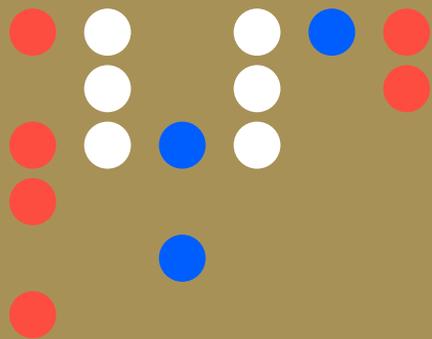
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2020.

**Ana Cristina Linhares Areosa**  
CT CRC RJ-081.409/O-3

**Grant Thornton Auditores Independentes**  
CRC 2SP-025.583/O-1



# Relatório da Administração 2019

---

# 02

02



Prezados Senhores,

O ano de 2019 apresentou economicamente aceleração do crescimento a partir do terceiro trimestre, mas esse reflexo foi percebido discretamente na arrecadação de direitos autorais. Dando continuidade ao processo de redução de custos, o Ecad manteve a estratégia de medidas para otimizar e manter a qualidade das atividades operacionais, simplificando processos custos menores proporcionais à taxa de administração de **10,00%**.

Mesmo com todos os esforços para captação de novos clientes e recuperação de inadimplência a arrecadação total foi de **R\$ 1.121.082.426**, abaixo em **R\$ 88.889.144** da meta orçada para o ano. Já em relação ao ano anterior, nota-se uma recuperação do valor arrecadado em **R\$ 15.189.684**, perfazendo um acréscimo de **1,37%**.

No que tange à distribuição de valores aos titulares de direitos de autor e conexos, 2019 apresentou números bem significativos. O total distribuído foi de **R\$986.558.370**, representando um crescimento de **7,72%** em relação à meta estabelecida para o ano e um aumento de **1,53%** em relação ao ano de 2018. Foram contemplados cerca de **383.460** titulares, superando em **17,37%** o ano anterior.

O déficit final foi de **R\$ 16.408.932**. Alguns dos fatores determinantes do resultado apresentado foram a arrecadação abaixo da previsão orçamentária em **7,35%**, obras em unidades do Ecad para adequação aos novos padrões definidos pelo *branding* e constituição de Contingências Judiciais não previstas até o início do exercício.



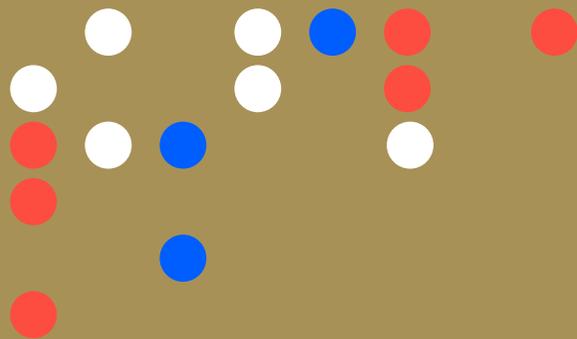
Seguem a este relatório todas as ações desenvolvidas no ano de 2019 de forma detalhada.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos suplementares.

Atenciosamente,

**Isabel Amorim**  
Superintendente executiva

**Dentre os bons resultados de gestão obtidos ao longo do exercício de 2019 podemos destacar as conquistas do Great Place to Work, Conselho Regional de Contabilidade/RJ e Abrasca, os quais ao analisarem o desempenho do Ecad por meio das suas mais variadas áreas operacionais, premiaram a importância e a seriedade do trabalho desenvolvido pela organização.**



# Demonstrações Contábeis 2019



# 03



## Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	2019	2018
<b>Ativo</b>			
<i>Ativo circulante</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.193.875	1.145.628
Arrecadação a receber	4	2.072	2.364
Adiantamentos às associações	5	98.423	83.317
Estoques	-	107	127
Adiantamentos diversos	-	737	945
Direitos a receber	7	101	120
Despesas antecipadas	-	1.464	874
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.296.779</b>	<b>1.233.375</b>
<i>Ativo não circulante</i>			
Bloqueios judiciais	6	250	473
Depósitos judiciais	18	1.803	1.968
Direitos a receber	7	1.147	1.170
Aplicações financeiras	8	20.911	15.410
Despesas antecipadas	-	570	-
Imobilizado	9	26.694	15.595
Intangível	10	12.167	11.759
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>63.542</b>	<b>46.375</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.360.321</b>	<b>1.279.750</b>

	Nota Explicativa	2019	2018
<b>Passivo</b>			
<i>Passivo circulante</i>			
Fornecedores		3.313	1.739
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	11	2.352	2.341
Direitos arrecadados a classificar	12	20	462
Percentual societário de arrecadação	13	64.554	57.408
Direitos arrecadados a distribuir	14	1.080.278	954.049
Receitas financeiras a distribuir	15	84.253	138.827
Provisão para férias e encargos	16	5.511	5.621
Arrendamento mercantil	17	4.082	-
Participação nos resultados	-	1.954	1.921
Outras obrigações	-	1.115	1.387
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.247.432</b>	<b>1.163.755</b>
<i>Passivo não circulante</i>			
Adiantamentos	-	106	100
Arrendamento mercantil	17	9.228	-
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	18	14.905	10.720
Renovação de licença a pagar		-	116
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>24.239</b>	<b>10.936</b>
Patrimônio social	19	58	58
Superávit acumulado	-	88.592	105.001
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>88.650</b>	<b>105.059</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.360.321</b>	<b>1.279.750</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 | Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	2019	2018
<b>Receita</b>			
Taxa de administração - Arrecadação	20	110.261	108.834
Taxa de administração - Financeira	20	7.252	7.710
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>117.513</b>	<b>116.544</b>
<b>Despesas</b>			
Despesas com pessoal	21	(76.676)	(73.018)
Despesas administrativas	22	(32.911)	(37.007)
Despesas tributárias	23	(1.811)	(1.713)
Despesas financeiras	24	(3.006)	(1.366)
Constituição de provisões para perdas	25	(5.809)	(2.178)
Outras receitas/despesas operacionais	26	(13.709)	(2.793)
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(16.409)</b>	<b>(1.531)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 | Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<b>58</b>	<b>106.533</b>	<b>106.591</b>
Déficit do exercício	-	(1.531)	(1.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>58</b>	<b>105.001</b>	<b>105.059</b>
Déficit do exercício	-	(16.409)	(16.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>58</b>	<b>88.592</b>	<b>88.650</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração dos fluxos de caixa

método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 | Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Déficit do exercício	<b>(16.409)</b>	<b>(1.531)</b>
Ajustes em:		
Custo de ativo imobilizado baixado	273	1.402
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	4.186	1.600
Depreciação do imobilizado	9.428	4.461
Amortização do intangível	4.933	5.616
Juros de arrendamento	1.777	-
<b>Variação no capital circulante:</b>		
Redução arrecadação a receber	292	2.006
(Aumento) adiantamento a associações	(15.106)	(13.377)
Redução adiantamentos a fornecedores	-	1.905
Redução adiantamentos diversos	228	118
(Aumento) despesas do exercício seguinte	(1.160)	707
Redução depósitos judiciais e bloqueios judiciais	388	(412)
Redução direitos a receber	42	42
Aumento fornecedores	1.574	(1.549)
Aumento impostos, taxas e contribuições a pagar	11	25
(Redução) direitos arrecadados a classificar	(442)	(3.548)
Aumento percentual societário - arrecadação	7.146	2.586
Aumento direitos arrecadados a distribuir	126.230	55.913
(Redução) receita financeira distribuir	(54.573)	26.530
(Redução) provisão férias e encargos	(110)	244
Aumento PPR a pagar	33	(2.146)
(Redução) outros passivos	(272)	(4.141)
Aumento adiantamentos	5	(10)
(Redução) renovação de licença a pagar	(116)	116
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>68.357</b>	<b>76.557</b>

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(3.874)	(6.323)
Pagamentos relacionados a ativos intangíveis	(5.341)	(3.360)
Pagamentos de arrendamento	(5.394)	-
(Aumento) aplicações financeiras	(5.501)	(241)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(20.110)</b>	<b>(9.924)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>48.247</b>	<b>66.633</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.145.628	1.078.995
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.193.875	1.145.628

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando  
indicado de outra forma)



# 04



## 1. Contexto operacional

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad é uma associação civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, constituída por sociedade de direito de autor e dos que lhe são conexos, criada pela Lei Federal nº 5.988/73 e mantida pela Lei de Direitos Autorais brasileira nº 9.610/88, atualizada pela nova Lei nº 12.853/13.

Seu objetivo principal é a arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e distribuição dos direitos autorais sobre as execuções musicais ou literomusicais e de fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o administram, conforme a seguir elencadas:

- ABRAMUS - Associação Brasileira de Música e Artes
- AMAR - Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes
- ASSIM - Associação de Intérpretes e Músicos
- SBACEM - Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
- SICAM - Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
- SOCINPRO - Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais
- UBC - União Brasileira de Compositores

Do total arrecadado em território nacional, 85,00% destinou-se aos detentores dos direitos autorais/conexos, 5,00% às associações e 10,00% referiu-se à taxa administrativa do Ecad. Em ambos os exercícios, os percentuais destinados aos detentores dos direitos autorais atendem ao artigo 99, parágrafo 4º, da Lei nº 12.853/13.

Apenas os valores arrecadados correspondentes aos direitos autorais recebidos de associações nacionais, cujo montante é proveniente do exterior, e os valores arrecadados relativos ao segmento Web, receberam taxa administrativa

diferenciada deliberada pela Assembleia Geral na ata 458º, de 24 de maio de 2016, conforme segue:

- Direitos autorais recebidos de associações nacionais, provenientes do exterior: destinou-se 90,00% aos detentores de direitos autorais/conexos, 5,00% às associações e 5,00% à taxa administrativa do Ecad.
- Direitos autorais relativos ao segmento Web: destinou-se 92,50% aos detentores de direitos autorais/conexos, 2,50% às associações e 5,00% à taxa administrativa do Ecad.

Os valores arrecadados, enquanto não distribuídos, são aplicados pela Entidade no mercado financeiro e a receita auferida foi distribuída de acordo com os percentuais descritos anteriormente para a arrecadação nacional.

## 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis

### 2.1. Base de preparação

#### 2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto:

- Pronunciamento Técnico CPC 47: em função das características do negócio da Entidade, a receita de arrecadação é reconhecida por regime de caixa somente quando do efetivo recebimento, enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado pelo regime de competência. Conseqüentemente, os valores representativos

dos direitos arrecadados a distribuir e das receitas de taxas de arrecadação correspondem às importâncias identificadas, sobre as quais a Entidade pode exercer o efetivo controle.

- Naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis Completas.

### 2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A administração do Ecad aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em 02 de março de 2020.

### 2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.2. Principais práticas contábeis

### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

### b. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### c. Arrecadações a receber

Representados por valores referentes às arrecadações de final do mês, não liberados pelo Banco Bradesco, até o encerramento do exercício social. Estão registradas pelo valor de emissão.

### d. Imobilizado

Bens móveis e imóveis, registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

### e. Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de direitos de uso de sistemas (*softwares*), marcas e patentes e sistemas de monitoramento - CIA Rádio, CIA Audiovisual e CIA Execuções ao Vivo (desenvolvidos internamente), demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido da amortização acumulada.

### f. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

### g. Passivos circulantes e não circulantes

Estão registrados pelo seu valor estimado de realização e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata-die”.

### h. Classificação de itens circulantes e não circulantes

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### i. Apuração do resultado

Grande parte da receita de arrecadação é registrada pelo regime de caixa, tendo em vista que a operacionalidade normal da Entidade, para efeito do repasse aos seus respectivos titulares, reconhece somente os valores de arrecadação efetivamente recebidos.

A entidade reconhece somente a parcela própria das receitas de arrecadação e das receitas de aplicação financeira no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas e custos são reconhecidos somente quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e os valores podem ser razoavelmente mensurados.

### j. Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e Cofins

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi instituída, a Entidade possui isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à Cofins, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos.

### k. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como

resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

### l. Participação nos resultados

A Entidade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos empregados, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho.

### m. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, adotado pela Entidade a partir de 1º de janeiro de 2018.

#### *Ativo financeiro*

A Entidade reconhece um ativo financeiro no seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a entidade torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

#### *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Entidade avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de

recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

### **Passivos financeiros**

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

### **Instrumentos derivativos**

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2019 e 2018 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

### **n. Arrendamentos**

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis de arrendatários. Como resultado, a Entidade, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Entidade classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), a Entidade reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- 1) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) ou;
- 2) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Entidade decidiu adotar o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. A Entidade optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor.

O Ecad possui contratos de arrendamentos operacionais nos quais atua como arrendatária referentes a imóveis. A Entidade concluiu o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações contábeis, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às suas operações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto adequada aos contratos; dentre outras.

A adoção das normas está demonstrada nas notas explicativas nº 9 e nº 17.

### **o. Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo método indireto foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **p. Demonstração do Resultado Abrangente**

A Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que deveriam ser tratados nesta demonstração.

### 2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte da administração da Entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. No caso da Entidade, o principal julgamento e a estimativa contábil referem-se às provisões para riscos cíveis e trabalhistas, conforme segue:

- Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.
- Depreciação e amortização: a Entidade revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível de vida útil definida, conforme notas explicativas nº 9 e nº 10.

### 2.4. Novas normas contábeis que entrarão em vigor após 2019

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- **CPC 11(50)/IFRS 17** - Contratos de Seguros - Modelo contábil para contratos de seguros que seja mais útil e consistente para seguradoras. O CPC 50 substituirá o CPC 11. Essa norma não se aplica à Entidade.

- **CPC 15(R1)/IFRS 7** - Definição de negócios - Determinação se um conjunto adquirido de atividades constitui um negócio. Como as alterações se darão de forma prospectiva, não há alterações na data de transição.
- **CPC 26(R1)/IAS 8** - Definição de omissão material - Alinhamento da definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas. Não é esperado que essa alteração tenha impacto na Entidade.
- **CPC 00(R2)** - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Atualização de definição de ativos e passivos, bem como critérios de reconhecimento e não reconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras. Não é esperado que essa alteração tenha impacto na Entidade.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Fundo fixo	12	12
Bancos conta movimento	364	142
Aplicações financeiras	1.193.499	1.145.474
<b>Total</b>	<b>1.193.875</b>	<b>1.145.628</b>

A composição das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Banco	Tipo	2019	2018
Santander	CDB	119.535	37.899
Bradesco	Capitalização	10.200	6.125
Bradesco	CDB	-	170.058
Bradesco	CDB	805.256	295.640
Caixa Econômica Federal	CDB	258.508	635.752
<b>Total</b>		<b>1.193.499</b>	<b>1.145.474</b>

As aplicações financeiras estão compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, com remuneração pós-fixada e com taxas iguais ou superiores a 100% do CDI - Certificados de Depósitos Bancários e títulos de

capitalização. Estão registradas ao custo histórico acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### 4. Arrecadação a receber

Refere-se a valores pendentes em 31 de dezembro na cobrança bancária, em função de recebimento da cobrança em D+1.

A composição é a seguinte:

Banco	2019	2018
Bradesco	2.072	2.364
<b>Total</b>	<b>2.072</b>	<b>2.364</b>

#### 5. Adiantamentos às associações

De acordo com o Regulamento de Distribuição da Entidade, nos meses em que não houver distribuição trimestral, o Ecad repassará às associações antecipações da distribuição. Os valores das antecipações serão calculados na base de 1/3 do total dos valores repassados na distribuição do trimestre imediatamente anterior, sendo descontado no repasse da distribuição trimestral subsequente.

A composição de adiantamentos concedidos às associações pode ser demonstrada como segue:

Associação	2019	2018
Abrac	-	6
Abramus	30.056	26.300
Amar	4.521	3.120
Assim	8.525	7.116
Atida	38	74
Sbacem	2.734	1.901

Sicam	2.522	1.684
Socinpro	9.227	7.710
UBC	40.800	35.406
<b>Total</b>	<b>98.423</b>	<b>83.317</b>

#### 6. Bloqueios judiciais

Refere-se a bloqueios judiciais em contas bancárias da Entidade decorrentes de processos judiciais em andamento:

A composição de bloqueios judiciais é a seguinte:

Banco	2019	2018
Bradesco	241	426
HSBC	2	38
Banco do Brasil	5	7
Santander	2	2
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>473</b>

#### 7. Direitos a receber

Direitos	2019	2018
Direitos a Receber - Blessing - SBACEM (*)	1.125	1.171
Outros	123	119
<b>Total</b>	<b>1.248</b>	<b>1.290</b>

<b>Circulante</b>	<b>101</b>	<b>120</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.147</b>	<b>1.170</b>

(\*) Valor relativo a percentual societário (corrigido) pago a SBACEM, que conforme deliberação de Assembleia Geral 464ª de 21 de setembro de 2016, deverá ser ressarcido ao Ecad em até 60 meses.

## 8. Aplicações financeiras - não circulante

Do saldo de aplicações mantidas no Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2019, a Entidade possui um montante de R\$ 20.911 relativo à Carta de Fiança vinculada a processos judiciais e contratos de locação, conforme abaixo demonstrado:

Aplicações	2019	2018
Descrição	Banco Bradesco	
Processo RBM Cinemas	103	98
Processo André Sperling	1.490	1.646
Processo CADE	654	786
Processo ISS (*)	14.320	-
Contratos de locação	4.344	3.767
<b>Total</b>	<b>20.911</b>	<b>15.410</b>

(\*) A carta de fiança relativa ao processo ISS foi realizada em 2019 para substituir a penhora do imóvel localizado à Rua Guilhermina Guinle, devido à venda do mesmo ao final do ano de 2018 - vide nota explicativa nº 18.

## 9. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2019	31/12/2018
				Líquido	Líquido
Imóveis	1,82% a 2,50%	1.376	468	908	723
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	4.476	1.882	2.594	2.826
Equipamentos de Informática (b)	20% a 50%	27.421	18.802	8.619	9.559
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	505	474	31	36
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	17	11	6	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.633	2.681	1.952	2.437
Adiantamento a fornecedores do Ativo Imobilizado	-	-	-	-	5
Direito de uso do Ativo (c)	14,28% a 50%	16.927	4.343	12.584	-
<b>Total</b>		<b>55.355</b>	<b>28.661</b>	<b>26.694</b>	<b>15.595</b>

**Movimentação do Imobilizado:**

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Imóveis	1,82% a 2,50%	723	210	-	(25)	908
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	2.826	177	(37)	(371)	2.594
Equipamentos de Informática (b)	20% a 50%	9.559	3.152	(230)	(3.862)	8.619
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	36	3	-	(8)	31
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	9	-	(1)	(2)	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.437	332	-	(817)	1.952
Adiantamento a fornecedores do Ativo imobilizado	-	5	-	(5)	-	-
Direito de uso do Ativo (c)	14,28% a 50%	-	16.927	-	(4.343)	12.584
<b>Total</b>		<b>15.595</b>	<b>20.801</b>	<b>(273)</b>	<b>(9.428)</b>	<b>26.694</b>

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2017	Adições	Transferências	Baixas	Amortização / Depreciação	Saldos em 31/12/2018
Imóveis	1,82% a 2,50%	748	-	-	-	(25)	723
Bens Patrimoniais Penhorados (a)	2,50%	1.011	-	-	(979)	(32)	-
Móveis e Utensílios	8,33% a 33,33%	2.144	1.322	-	(229)	(410)	2.826
Equipamentos de Informática (b)	20% a 50%	10.041	1.247	1.739	(170)	(3.298)	9.559
Aparelhos de Comunicação e Gravação	14,29% a 100%	50	10	-	-	(24)	36
Outras Imobilizações	11,11% a 16,67%	38	-	-	(24)	(5)	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.105	1.999	-	-	(667)	2.437
Adiantamento a fornecedores do Ativo imobilizado	-	1.743	-	(1.739)	-	-	5
<b>Total</b>		<b>16.880</b>	<b>4.578</b>	<b>-</b>	<b>(1.402)</b>	<b>(4.461)</b>	<b>15.595</b>

(a) Referia-se à penhora do imóvel localizado na Rua Guilhermina Guinle, 207 - Botafogo, para fazer face à ação judicial de natureza tributária movida pelo município do Rio de Janeiro. Este imóvel foi vendido em novembro de 2018 e sua penhora foi substituída por Carta de Fiança.

(b) Os equipamentos de informática são compostos de servidores, computadores, impressoras, entre outros *hardwares* que estão alocados nas diversas unidades organizacionais da entidade.

(c) Vide nota explicativa nº 17.

## 10. Intangível

Descrição	Taxa Anual	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2019	31/12/2018
				Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas	20 a 33,33%	28.800	25.288	3.512	2.730
Sistema de monitoramento - CIA Rádio	10%	3.413	2.845	568	909
Sistema de monitoramento - CIA Audiovisual	10%	7.968	3.984	3.984	4.781
Sistema de monitoramento - CIA Execuções ao Vivo (Obra Musical)	-	4.103	-	4.103	3.339
<b>TOTAL</b>		<b>44.284</b>	<b>32.117</b>	<b>12.167</b>	<b>11.759</b>

### Movimentação do Intangível:

Descrição	Taxa	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	2.730	4.577	(3.795)	3.512
Sistema de monitoramento - CIA Rádio (a)	10%	909	-	(341)	568
Sistema de monitoramento - CIA Audiovisual (b)	10%	4.781	-	(797)	3.984
Sistema de monitoramento - CIA Execuções ao Vivo (Obra Musical) (c)	-	3.339	764	-	4.103
<b>TOTAL</b>		<b>11.759</b>	<b>5.341</b>	<b>(4.933)</b>	<b>12.167</b>

Descrição	Taxa	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	4.494	2.553	161	(4.478)	2.730
Sistema de monitoramento - CIA Rádio (a)	10%	1.250	-	-	(341)	909
Sistema de monitoramento - CIA Audiovisual (b)	10%	5.578	-	-	(797)	4.781
Sistema de monitoramento - CIA Execuções ao Vivo (Obra Musical) (c)	-	2.693	646	-	-	3.339
Adiantamento a fornecedores do Ativo Intangível	-	161	-	(161)	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>14.176</b>	<b>3.199</b>	<b>-</b>	<b>(5.616)</b>	<b>11.759</b>

(a) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades em rádios, concluído em 2011, sendo iniciada a sua amortização a partir da sua entrada em operação.

(b) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades de Audiovisual, concluído e amortizado a partir de 2015.

(c) Sistema informatizado desenvolvido pela Entidade para monitoramento das atividades de obras musicais, com expectativa para início de suas atividades em 2021.

## 11. Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher

	2019	2018
INSS a recolher sobre salários	993	985
FGTS a recolher sobre salários	358	360
PIS a recolher sobre folha de pagamento	59	60
IRRF sobre salários	874	869
IRRF sobre serviços de terceiros	11	12
PIS/COFINS/CSLL 4,65% sobre serviços de terceiros	54	52
ISS sobre prestação serviços de terceiros	3	3
<b>Total</b>	<b>2.352</b>	<b>2.341</b>

## 12. Direitos arrecadados a classificar

Representa o montante de arrecadação recebido, porém ainda não identificado o segmento, usuário e unidade da federação, já deduzido do percentual devido às associações (percentual societário das associações) e da taxa de administração da Entidade.

## 13. Percentual societário de arrecadação

Representa o percentual societário sobre a arrecadação a distribuir, conforme Lei nº 9.610/88, atualizada pela atual Lei nº 12.853/2013 em fase de identificação pela Entidade, conforme abordado na nota explicativa nº 1.

## 14. Direitos arrecadados a distribuir

Representa o montante dos provisionamentos de arrecadação recebidos e identificados de acordo com as rubricas (segmentos), usuário e unidade da federação correspondentes. Está composto de créditos retidos a distribuir de períodos passados e do provisionamento a distribuir do período corrente, conforme Regulamento da Distribuição:

Rubrica	2019	2018
Músico Executante	51.137	46.109
Show/Eventos	68.883	39.227
Cinema	88.196	75.416
Carnaval	15.379	11.366
Atividades diversas	-	57
TV por assinatura	200.812	210.246
Rádio AM/FM - Extra Rádio	3.364	2.857
TV aberta audiovisual / Planilha	-	120
Outras emissoras audiovisual / Planilha	2.500	2.237
Música ao vivo	25.807	23.475
Festa Junina	1.759	1.386
Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG	168	137
Internet simulcasting	80	77
TV Globo + direitos gerais	119.128	107.474
TV Record + direitos gerais	25.166	25.400
TV SBT + direitos gerais	23.102	21.847
TV Band + direitos gerais	12.021	11.887
Rádios regionalizadas + direitos gerais	108.944	84.401
Internet webcasting, podcasting e ambientação de sites	1.207	1.273
Internet Youtube	399	327
Casas de festas e diversão	42.487	36.960
Rede Mulher de Televisão - Record News	482	650
Record e TV Globo Internacional	71	1

Rubrica	2019	2018
Depósito em Consignação (Titulares)	-	579
Fundação Pe Anchieta - TV Cultura - Audiovisual/Planilha	100	143
Fund. Casper Líbero - TV Gazeta	1.125	1.132
RTV Canal 10	54	45
TV Ind. São José Rio Preto - Rede Vida	1.189	1.195
Cable Link Oper. Sinais TV - Mix TV	104	101
Rede Família de Comunicação (Audiovisual/Planilha)	413	500
Radio e TV OM. - CNT Curitiba - Audiovisual/Planilha	1.540	1.223
Sonorização Copas da FIFA	8	(1)
TV Lages	-	230
Globo Acordo	7.387	6.690
Sky Acordo	2.972	3.025
Sonorização ambiental	54.030	48.950
Show Conexo	496	541
Usuários gerais	56.459	51.466
Sonorização Fan Fest	26	27
Sonorização Tour da Taça	6	6
Net Acordo	9.614	11.205
Claro Acordo	4.120	5.114
Internet Simulcasting Regionalizada	4.589	3.841
Web - Spotify Brasil Serviços	18.646	13.384
Web - Deezer Music Brasil Ltda	2.898	2.338
M.V.R Comunicações Ltda	-	41
Web - Kboing Networks do Brasil	40	32
Web - Apple Inc. (Beats1)	24	22
Web - Vevo LLC	8	7
Web - Apple Inc. (Apple Music)	2.399	1.821
Web - Microsoft Corporation (Groove)	93	88
Web - Rádio Music	19	18
Grupo Música	15.795	15.496
Sonorização - Jogos Rio 2016	309	688

Rubrica	2019	2018
Sonorização Revezamento da Tocha	46	94
Sonorização - Centros de Hospitalidade	42	79
Rádio e TV Tarobá Ltda	504	271
TV Pública (TV Brasil)	40	40
Serviços digitais streaming audiovisual - Netflix Entretenimento Brasil Ltda	80.661	55.638
Web 3Br Tech	77	50
SDI/Extra de show	1.192	1.042
Web/Napster do Brasil	536	805
Web/Starmaker Interactive	9	4
Cinema Abraplex	1.735	7.305
SD - Streaming Audiovisual	127	92
TV Diário	562	505
SD Streaming Musical /Google Inc.	10.743	8.649
Webc/SBT - São Paulo	145	161
Web/Google Inc (Google Play)	1.244	2.299
Web/3Br Tech (Louve)	18	18
Web-3Br Tech (SBT Hits)	12	12
SD Streaming Audiovisual	3.319	1.636
Webc/Globo Comunicação E Participações	1.773	2.471
Webc/Globosat Programadora	10	-
Web/3Br Tech (Bradesco Music)	29	-
Webc/PB Brasil	15	-
Webc/Telecine Programação de Filmes	304	-
Sd-Streaming Audiovisual/Amazon Digital	503	-
Web/My Space	351	-
Webc/Crackle	81	-
Cinema Extra	479	-
TVR/Ideal TV	248	-
	<b>1.080.278</b>	<b>954.049</b>

Rubrica	Período
■ Músico Executante	<b>Crédito Retido:</b> ano corrente e períodos passados.
■ Show/Eventos	<b>Mensalidade/Acordo:</b> diversos períodos.
■ Cinema	À medida que tais valores sejam identificados pelas áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados às associações, corrigidos monetariamente. <b>Crédito Retido:</b> ano corrente e períodos passados.
■ Carnaval	<b>Mensalidade/Acordo:</b> maio a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> maio de 2018 a abril do ano corrente e períodos passados.
■ Rádio (AM/FM) - Extra Rádio	<b>Acordo:</b> novembro a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> novembro de 2018 a outubro do ano corrente e períodos passados.
■ Outras Emissoras + Direitos Gerais	<b>Mensalidade/Acordo:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Música ao Vivo	<b>Mensalidade/Acordo:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Casas de Festas e Diversão	
■ Sonorização Ambiental	
■ Internet Simulcasting Regionalizada	
■ Festa Junina	<b>Mensalidade/Acordo:</b> setembro a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> setembro de 2018 a agosto do ano corrente e períodos passados.
■ Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG	<b>Mensalidade/Acordo:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> julho de 2018 a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Internet Simulcasting	<b>Crédito Retido:</b> períodos passados.
■ TV Globo + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ TV Record + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ TV SBT + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ TV Band + Direitos Gerais	<b>Crédito Retido:</b> janeiro a junho de 2015 e períodos passados.
■ Rádios Regionalizadas + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Internet Webcasting, Podcasting e Ambientação de sites	<b>Mensalidade/Acordo:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> janeiro a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Internet YouTube	<b>Crédito Retido:</b> julho a dezembro de 2012 e períodos passados.

Rubrica	Período
■ Rede Mulher de Televisão (Record News) + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Record e TV Globo Internacional	Provisionamento de dezembro do ano corrente.
■ Fundação PE Anchieta (TV Cultura) + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Fundação Casper Libero (TV Gazeta) + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Estação Retransmissora TV (RTV Canal 10)	<b>Mensalidade:</b> outubro de 2012 a dezembro do ano corrente.
■ Televisão Independente de São José do Rio Preto (Rede Vida) + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Cable Link Operadora Sinais TV (Mix TV) + Direitos Gerais	<b>Crédito Retido:</b> períodos passados.
■ Rede Família de Comunicação + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Rádio e Televisão OM (CNT) + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Sonorização Copas da FIFA	<b>Crédito Retido:</b> setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados.
■ Globo Acordo	<b>Crédito Retido:</b> julho de 2005 a outubro de 2013.
■ Show Conexo ■ Usuários Gerais	<b>Mensalidade/Acordo:</b> julho a dezembro do ano corrente.
■ Sonorização Fan Fest	<b>Mensalidade/Acordo:</b> novembro de 2015 a agosto de 2017. <b>Crédito Retido:</b> setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados.
■ Sonorização Tour da Taça	<b>Mensalidade/Acordo:</b> novembro de 2015 a janeiro de 2017. <b>Crédito Retido:</b> setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados.
■ Web Grande Porte (Streaming)	<b>Mensalidade:</b> diversos períodos. <b>Crédito Retido:</b> ano corrente e períodos passados.
■ Grupo Música	<b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Sonorização - Jogos Rio 2016	<b>Crédito Retido:</b> maio de 2016 a fevereiro de 2017.
■ Sonorização - Revezamento da Tocha	<b>Crédito Retido:</b> junho de 2016 a setembro de 2016.
■ Sonorização - Centros de Hospitalidade	<b>Crédito Retido:</b> julho de 2016 a fevereiro de 2017.
■ Rádio e TV Tarobá	<b>Acordo:</b> agosto de 2005 a julho de 2010.

Rubrica	Período
■ Serviços Digitais - Streaming Audiovisual	<b>Mensalidade:</b> diversos períodos. <b>Crédito Retido:</b> ano corrente e períodos passados.
■ SDI/ Extra de Show	<b>Mensalidade/Acordo:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> julho de 2018 a junho do ano corrente e períodos passados.
■ TV por Assinatura	<b>Mensalidade/Acordo:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ SKY Acordo	<b>Crédito Retido:</b> janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
■ Net Acordo	<b>Crédito Retido:</b> janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
■ Claro Acordo	<b>Crédito Retido:</b> dezembro de 2008 a dezembro de 2013.
■ TV Diário + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente e períodos passados.
■ Serviços Digitais - Streaming Musical	<b>Mensalidade:</b> diversos períodos. <b>Crédito Retido:</b> ano corrente e períodos passados.
■ Webcasting	<b>Mensalidade/Acordo:</b> diversos períodos.
■ Cinema - Extra	<b>Mensalidade/Acordo:</b> junho a dezembro do ano corrente.
■ Ideal TV + Direitos Gerais	<b>Mensalidade:</b> julho a dezembro do ano corrente. <b>Crédito Retido:</b> abril a junho do ano corrente.

## 15. Receitas financeiras a distribuir

Representa os rendimentos das aplicações financeiras auferidas, a distribuir aos detentores dos direitos autorais e às associações, quando ocorrem os repasses.

## 16. Provisão para férias e encargos sociais

	2019	2018
Provisão para férias	4.104	4.185
Encargos sobre férias	1.407	1.436
	<b>5.511</b>	<b>5.621</b>

Calculada de acordo com o período aquisitivo de cada empregado, acrescidos dos encargos sociais.

## 17. Arrendamento mercantil

Movimentação do passivo de arrendamento:

Descrição	Saldo
Adoção Inicial CPC 06 (R2)	16.927
Encargos de ajuste ao valor presente	1.777
Pagamentos realizados no ano	(5.394)
<b>Passivo de Arrendamento</b>	<b>13.310</b>

Compromissos futuros:

Descrição	Saldo
2020	5.480
2021	5.260
2022	4.603
2023	438
2024	326
2025	254
Encargos de ajuste ao valor presente	(3.051)
<b>Passivo de Arrendamento</b>	<b>13.310</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.082</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.228</b>

## 18. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Composição dos saldos conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
<b>Provisão para riscos trabalhistas e cíveis</b>		
Trabalhistas (a)	4.698	2.276
Cíveis (b)	10.207	8.444
<b>Total</b>	<b>14.905</b>	<b>10.720</b>

	2019	2018
<b>Depósitos judiciais</b>		
Depósitos Judiciais Trabalhistas	150	338
Depósitos Judiciais Tributários	1.653	1.630
<b>Total</b>	<b>1.803</b>	<b>1.968</b>

### a. Trabalhistas

O saldo relativo às ações de natureza trabalhista é referente aos processos propostos por empregados e terceirizados, versando sobre verbas de cunho salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

### b. Cíveis

O saldo relativo às ações cíveis é referente aos processos relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Entidade.

### c. Perdas possíveis

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da Entidade com probabilidade de perda possível não foram provisionados, mas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, devem ser divulgados.

Com base no parecer dos assessores jurídicos da Entidade, os processos são os seguintes:

Descrição	2019	2018
Trabalhistas	4.397	4.362
Tributárias	31.117	30.525
Cíveis	<b>40.227</b>	<b>23.655</b>
<b>Total</b>	<b>75.741</b>	<b>58.542</b>

Dentre as ações com probabilidade de perda possível, destacamos de acordo com a sua relevância:

- O processo cível nº 0008803-76.2014.8.19.0001, tendo como natureza ação com pedido de arbitramento de honorários advocatícios. No momento o processo encontra-se em última instância e aguarda julgamento do recurso no STJ. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 21.700.

- O processo cível nº 0305654-33.2013.8.19.0001, tendo como natureza requerimento de honorários advocatícios, anteriormente possuía probabilidade remota de perda, no entanto, em 2019, foi proferida sentença da qual houve recurso ainda sem data para julgamento, e o valor atualizado da causa é na ordem de R\$ 14.313.
- O processo administrativo tributário nº 12448728525/2013-66, tendo como parte adversa a Receita Federal no Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação a perda da isenção de IR, CSLL, Cofins e diferença do PIS, relativos ao ano base de 2009. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado da causa monta em R\$ 13.880.

Seu estágio atual aguarda decisão de 2ª instância administrativa nas impugnações apresentadas pelo Ecad contra Ato Declaratório de 25/02/2014 e o Auto de Infração lavrado em 26/05/2014.

De acordo com o parecer de nossos consultores jurídicos, apesar de a possibilidade de perda ser possível, eventual decisão administrativa que seja proferida no referido processo e convalide a exigência fiscal poderá ser utilizada pela fiscalização para lavrar novos autos de infração de períodos posteriores, desde que seja observado prazo decadencial de 05 anos e seja expedido Ato Declaratório Executivo que revogue a isenção e demais benefícios fiscais.

- A execução fiscal nº 0075860-19.2011.8.19.0001, tendo como parte adversa o Município do Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação o ISS, tendo sido efetuada Carta de fiança oferecida em garantia do débito objeto da execução fiscal. Em 07/07/2017, foi proferida decisão mantendo a decisão agravada e determinando a remessa dos autos ao STJ, atualmente aguarda-se decisão do Agravo em Recurso Especial interposto pelo Município do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado da causa é de R\$ 11.306.

#### d. Ativo contingente

A Entidade é autora em diversos processos de natureza cível visando o recebimento dos direitos autorais sobre as execuções musicais, e de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos possuem possibilidade de êxito, porém não registrado conforme determina o CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2019, temos processos com expectativa de êxito futuro estimado em R\$ 257.093 (R\$ 136.756 em 2018).

### 19. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade, no montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 2018) é compreendido por doações das sociedades fundadoras.

### 20. Receita operacional

	2019	2018
Receitas de arrecadação		
Taxa de administração - arrecadação nacional	108.289	107.050
Taxa de administração - arrecadação nacional Web	1.910	1.769
Taxa de administração - arrecadação estrangeira	62	15
<b>TOTAL</b>	<b>110.261</b>	<b>108.834</b>

	2019	2018
Receita financeira		
<b>Taxa de administração - financeira</b>	<b>7.252</b>	<b>7.710</b>

## 21. Despesas com pessoal

	2019	2018
Pessoal	46.779	44.120
Participação dos empregados nos resultados	1.917	1.890
Férias e 13º salário	6.999	6.525
Estagiários	34	42
Assistência médica	7.133	6.630
Encargo trabalhista (FGTS/PIS)	3.570	3.615
Contribuição previdenciária	10.244	10.196
<b>Total</b>	<b>76.676</b>	<b>73.018</b>

## 22. Despesas administrativas

	2019	2018
Serviços de terceiros, consultorias e assessorias	13.903	11.931
Viagens e deslocamento	1.226	988
Materiais de manutenção	998	788
Comunicação e publicidade	255	282
Conservação e manutenção	5.130	5.876
Locações diversas	1.374	6.273
Comunicações/telefones	1.564	2.495
Treinamentos	325	247
Despesas legais e judiciais	2.944	2.443
Outras despesas administrativas	5.192	5.684
<b>Total</b>	<b>32.911</b>	<b>37.007</b>

## 23. Despesas tributárias

	2019	2018
IR sobre aplicações financeiras	1.311	1.168
IPTU	372	410
Contribuição sindical patronal	98	103
Taxas e licenças	30	32
<b>Total</b>	<b>1.811</b>	<b>1.713</b>

## 24. Despesas financeiras

	2019	2018
Cobrança escritural (*)	1.134	1.156
Comissão sobre fiança	3	12
Juros e multas	16	15
Juros sobre arrendamento	1.777	-
Despesas bancárias	9	10
Imposto sobre operação de câmbio	67	173
<b>Total</b>	<b>3.006</b>	<b>1.366</b>

(\*) Boletos bancários emitidos para usuários de música quitarem direitos autorais de execução pública musical.

## 25. Constituição de provisões para perdas

	2019	2018
Trabalhistas	3.945	1.083
Cíveis/autorais	1.864	1.095
<b>Total</b>	<b>5.809</b>	<b>2.178</b>

## 26. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2019	2018
Perdas diversas	(118)	(20)
Bens de pequeno valor não imobilizado	(159)	(243)
Baixa do ativo imobilizado	(269)	(1.402)
Receita de honorários de êxito	24	35
Recuperação de custas judiciais	659	550
Receita contrato de fidelização bancária	40	40
Amortização do intangível	(4.933)	(4.461)
Depreciação do imobilizado	(9.428)	(5.616)
Outras receitas (*)	476	8.324
<b>Total</b>	<b>(13.709)</b>	<b>(2.793)</b>

(\*) Essencialmente pela venda do prédio da Guilhermina Guinle em 2018.

## 27. Seguros contratados

A Entidade mantém cobertura de seguro em todo o Brasil para os bens patrimoniais, com base na apólice nº 51181000393, com vigência de 30.06.2019 a 30.06.2020 em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos registrados, com limite máximo de responsabilidade no valor total de R\$ 16.115.

Não faz parte do escopo dos auditores independentes opinar sobre a cobertura de seguros.

As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Prédios, Móveis e Utensílios, Equipamentos e Periféricos
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo	100
Danos elétricos	1.300
Tumultos, greves, <i>lockout</i> e atos dolosos	66
Roubo ou furto mediante arrombamento	693
Quebra de vidros, espelhos, mármore	56
Vazamentos de chuveiros automáticos	1.600
Equipamentos eletrônicos	4.000
Recomposição de registros e documentos	1.260
Aluguel - perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	7.000
Responsabilidade civil - operações	2.200

## 28. Remuneração do pessoal-chave da administração

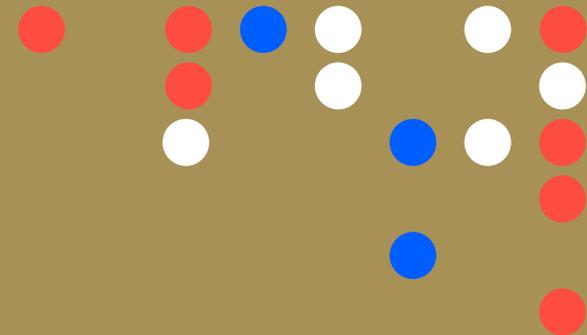
A administração da Entidade está sob a responsabilidade dos gerentes executivos das áreas de Arrecadação, Distribuição, Administrativa-Financeira, Jurídica, Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Relacionamento e Superintendência, todos empregados sob regime de CLT, os quais executam o orçamento operacional da Entidade, devidamente aprovado pela Assembleia Geral das sociedades dirigentes.

A remuneração paga aos gerentes executivos, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2019	2018
Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados	12.204	9.643

**Guacira Feliciano da Silva**  
Contador - CRC RJ-093074/O-2

**Isabel Amorim**  
Superintendente executiva



ECAD



[www.ecad.org.br](http://www.ecad.org.br)